Continuação

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(290.555,21)	(546.805,62)	(463.863,25)
Despesas de Aluguéis	(1.033.250,04)	(2.002.015,86)	(1.731.601,79)
Despesas de Comunicações	(168.712,36)	(355.219,00)	(339.851,40)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(546.352,40)	(1.205.172,82)	(904.344,92)
Despesas de Material	(124.797,36)	(245.704,24)	(203.631,68)
Despesas de Processamento de Dados	(779.840,44)	(1.508.129,31)	(1.130.282,59)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(461.659,34)	(634.398,24)	(262.889,94)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(68.839,61)	(106.711,93)	(287.628,88)
Despesas de Seguros	(87.497,16)	(154.754,46)	(128.557,11)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(520.493,90)	(1.129.194,88)	(1.372.142,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(250.379,73)	(472.918,45)	(413.639,49)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(991.948,20)	(1.972.751,70)	(1.711.596,30)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(244.105,51)	(537.607,55)	(540.243,29)
Despesas de Transporte	(180.178,19)	(388.110,17)	(363.312,22)
Despesas de Viagem no País	(85.093,67)	(137.482,02)	(91.664,67)
Despesas de Depreciação/Amortização	(690.061,10)	(1.595.779,42)	(1.239.970,08)
Outras Despesas Administrativas	(643.207,16)	(1.261.899,28)	(1.439.666,11)
TOTAL	**(7.366.971,38)**	**(14.252.654,95)**	**(12.624.886,55)**

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	(200,00)	(576,20)	(772,00)
Condomínio	(22.475,12)	(26.377,15)	-
Contribuição sindical patronal	(45.092,66)	(80.153,86)	(65.797,84)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.960,50)	(13.184,99)	(19.296,03)
Copa/cozinha	(61.930,56)	(122.188,01)	(106.316,64)
Lanches e refeições	(7.084,42)	(10.977,49)	(7.880,83)
Uniformes e vestuários	(199,70)	(199,70)	(1.929,31)
Contribuição a OCE	(82.350,00)	(164.700,00)	(153.900,00)
Taxas da junta comercial	(478,27)	(1.468,01)	(1.338,90)
Impostos e taxas	(62.982,46)	(142.260,88)	(108.796,55)
Sistema cooperativista	(7.661,83)	(7.661,83)	-
Rateio de despesas da Central	-	(17.307,08)	(32.998,76)
Ações judiciais	(116.768,14)	(245.035,07)	(221.882,56)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(139.875,60)	(275.421,78)	(294.248,90)
Alocação de despesas - Central	(54.000,00)	(108.000,00)	(81.552,30)
Outras despesas administrativas	(35.147,90)	(46.387,23)	(43.155,49)
TOTAL	**(643.207,16)**	**(1.261.899,28)**	**(1.439.666,11)**

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(58.566,64)	(94.477,34)	(75.217,22)
Impostos e Serviços - ISS	(87.513,25)	(188.593,68)	(217.764,50)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(4.363,77)	(7.904,94)	(17.307,97)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(56.769,37)	(107.750,41)	(89.152,55)
TOTAL	**(207.213,03)**	**(398.726,37)**	**(399.442,24)**

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	4.352,62	6.669,07	7,52
Outros - Reversão de Provisões Operacionais	25.311,40	25.311,40	-
Dividendos	909.483,62	1.198.146,68	377.505,45
Distribuição de sobras da central	-	54.452,85	75.980,76
Atualização depósitos judiciais	11.643,54	11.660,27	16.054,92
Rendas de Repasses Financeiros	8.141,93	8.141,93	2.704,60
Outras rendas operacionais	85,84	31.521,86	23.542,87
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	482.502,15	1.066.363,33	1.040.803,63
Juros ao Capital Recebidos da Central	946.072,95	946.072,95	695.955,23
TOTAL	**2.387.594,05**	**3.348.340,34**	**2.232.554,98**

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(10.424,96)	(25.837,40)	(29.875,45)
Outras Despesas Operacionais	(71.540,28)	(153.751,46)	(250.123,21)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(1.268.674,37)	(1.822.558,15)	-
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(40.441,10)	(81.447,20)	(47.990,64)
Outras Contribuições Diversas	(8.400,00)	(16.310,00)	(14.630,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(15.138,65)	(33.964,59)	(147.996,05)
Perdas - Fraudes Internas	-	(1.057.532,79)	-
Perdas - Fraudes Externas	(15.439,29)	(35.025,29)	(193.210,64)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(27.871,72)	(281.906,37)	(28.091,12)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(1.925,17)	(4.000,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(2.528,24)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(993,28)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.342.767,90)	(2.914.608,19)	(1.785.768,58)
TOTAL	**(2.800.698,27)**	**(6.425.859,89)**	**(2.504.213,93)**

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	**(15.534,02)**	**5.985,88**	**156.026,37**
Provisões para Demandas Trabalhistas	(5.780,84)	(163.980,82)	(5.054,42)
Provisões para Contingências	(7.011,37)	(7.011,37)	(82.331,05)
Provisões para Contingências - Sucumbências	(2.742,01)	(13.759,85)	(619,61)
Reversões de Provisões para Contingências	-	190.707,42	244.031,45
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(40.468,19)**	**(127.030,78)**	**(46.917,23)**
Provisões para Garantias Prestadas	(319.024,15)	(631.856,47)	(505.107,98)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	278.555,96	504.825,69	458.190,75
TOTAL	**(56.002,21)**	**(121.044,90)**	**109.109,14**

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Juros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	81.915,73	81.915,73	70.893,33
Ganhos de Capital	4.585,42	17.456,61	110.619,86
Outras Rendas Não Operacionais	163,88	179.422,56	72.264,93
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	(95.517,19)	-
(-) Perdas de Capital	(33.624,18)	(69.335,10)	(206.349,95)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	-	(10.000,00)
TOTAL	**53.040,85**	**113.942,61**	**37.428,17**

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da permissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. **34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração:** As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de <data período fndo>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	39.830.134,81	6,5262%	439.788,95
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.530.814,12	0,9062%	29.988,66
TOTAL	**45.360.948,93**	7,4324%	**469.157,61**
Montante das Operações Passivas	67.995.092,61	21,7297%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023

Empréstimos e Financiamentos	1,3499%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	5,6176%
Crédito Rural (modalidades)	0,3032%
Adiantamentos a Fornecedores	19,4824%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	72.703,74	2.632,76	1,4104%
Cheque Rural	452,33	13,57	0,0052%
Financiamentos Rurais	1.929.739,40	10.179,66	4,9365%
Empréstimos	2.722.107,86	23.116,01	1,4354%
Financiamentos	268.658,43	2.688,58	0,9714%
Direitos Creditórios Descontados	2.486.432,28	24.854,74	6,8063%
Duplicatas Descontadas	2.133.828,39	11.932,76	1,1932%
Depósitos a Prazo	43.433.180,47	11.874,03	0,9739%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	24.799.259,16	43.756,00	0,8908%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	3.915.419,91	27.404,24	0,8438%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,4501%	0,68
Empréstimos	1,0506%	10,66
Financiamentos	1,2400%	62,77
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	102,5654%	114,54
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,8773%	10,58
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,8658%	6,33

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação. d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	52.469,96
Crédito Rural	4.301.283,93
Direitos Creditórios Descontados	2.484.441,75
Empréstimos	8.135.819,16
Financiamentos	989.772,93

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	544.183,48	567.863,51

f) Remuneração de pessoal chave da administração: Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(142.124,40)	(278.350,79)	(259.319,20)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(663.460,80)	(1.298.870,82)	(1.210.278,44)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

	31/12/2023	31/12/2022
2.125.350,50	1.745.698,99	

34.2 Cooperativa Central: A SICOOB CREDIVALE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas. O SICOOB SP, é uma sociedade cooperativa que tem como objetivo a organização em comum em escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, caberá ao SICOOB SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras. O SICOOB CREDIVALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações. a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	20.700.506,80	40.553.865,68	28.738.090,24
Total das Receitas	**20.700.506,80**	**40.553.865,68**	**28.738.090,24**
Rateio de Despesa da Central	-	(17.307,08)	(32.998,76)
Alocação de Despesa da Central	(54.000,00)	(108.000,00)	(81.552,30)
Total das Despesas	**(54.000,00)**	**(125.307,08)**	**(114.551,06)**

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	122.369.809,21	112.349.676,81
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	430.481.705,59	414.885.442,97
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	28,43	27,08%
Imobilizado para cálculo do limite	61.184.908,60	56.174.838,40
Índice de imobilização (limite 50%) %	8,46	7,99%

36. Benefícios a Empregados

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ajuda de custo	(2.800,00)	(6.486,66)	(6.534,00)
Alimentação do trabalhador	(1.436.014,76)	(2.668.302,43)	(2.110.144,81)
Vale transporte	(5.678,86)	(8.571,51)	(1.766,85)
Seguros	(34.233,39)	(60.527,61)	(47.770,53)
Auxílio creche/babá	(61.203,30)	(115.642,85)	(91.128,36)
TOTAL	**(1.539.930,31)**	**(2.859.511,06)**	**(2.257.344,55)**

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS. O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a severidade e a duração dos impactos. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas. **37.1 Risco operacional:** As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional contemplam a seguinte abordagem: a) Risco operacional: a) Identificação do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAOpad) é a Abordagem do Indicador Básico. **37.2 Risco de Crédito:** As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito. Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico- financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê: a) fixação de diretrizes e estratégias, em conformidade com os riscos b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos; c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas; d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas; e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito; f) identificação e tratamento de ativos problemáticos; g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito; h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos; i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança; j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e o cliente envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas; l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição; m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito; n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços. As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os critérios globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos. **37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros:** As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4. A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas. O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui: a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities). Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros; b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros. O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo: a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB; b) os limites máximos do risco de mercado; c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco; d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4; e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos; f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB); g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros; h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos; i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL); j) resultado dos testes de estresse. **37.4 Risco de Liquidez:** As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob. O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais. O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão. O risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas significativas para a instituição, tanto esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são: a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo: a.1) limite mínimo de liquidez; a.2) fluxo de caixa projetado; a.3) aplicação de cenários de estresse; a.4) definição de planos de contingência. b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez; c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez. Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob. **37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático:** As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob. O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos. **Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob. **Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas para monitoramento da disponibilidade de recursos naturais por órgãos competentes, observando potenciais impactos. **Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico. Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes: a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático; b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático; c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático. As propostas de contratações autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica. O Sicoob não realiza operações com membros de órgãos constituídos no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil. **37.6 Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições. **37.7 Gestão de Continuidade de Negócios:** As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades: a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades; b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades; c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes; d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção; e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente). O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem. São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*. Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade. **37.8 Risco Cibernético:** O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético. O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo. As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma: a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob; b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Gerência em conjunto com a Gerência de Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos; c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas; d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos. **38. Seguros Contratados – Não Auditado:** A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face a ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Presidente Prudente – SP, 23 de fevereiro de 2024

Newton Durães Teixeira,
Pres. do Cons. de Adm.

Jacob Tosello Junior,
Diretor Presidente

Benedito Edno Zambolin,
Diretor de Negócios

Nelson Coletto Correa,
Diretor Administrativo

Wilson Roseval Donzeli,
Contador – CRC 1SP178139/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros fiscais da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAPANEMA – SICOOB CREDIVALE
Presidente Prudente - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Paranapanema - Sicoob Credivale ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos